

CIDADE PRAIA: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM PLANO POPULAR URBANÍSTICO

Maria Cecília de Souza Gomes

Universidade de São Paulo | ceciliasouza@usp.br

Sessão Temática 10: Territórios, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito

Resumo: O presente artigo apresenta o caso da Área Especial de Interesse Social Cidade Praia, em Natal/RN, no desenvolvimento preliminar de um plano popular urbanístico, por meio da reflexão teórica que embasou o processo de trabalho e apresentação das metodologias desenvolvidas para o trabalho com a comunidade. O estudo de caso discute práticas de planejamento urbano centradas no protagonismo popular e engajamento nas políticas públicas, sendo feito em conjunto com os moradores da comunidade e Associação de Moradores de Cidade Praia, que buscam se reorganizar politicamente em tempos de desmonte de políticas públicas que protegiam comunidades mais fragilizadas.

Palavras-chave: plano popular; planejamento urbano; projeto participativo; participação popular.

CIDADE PRAIA: SOCIAL PARTICIPATION IN A POPULAR URBAN PLAN

Abstract: *This article presents the case of the Special Area of Social Interest Cidade Praia, in Natal/RN, in the preliminary development of a popular urban plan, through theoretical reflection that supported the work process and presentation of the methodologies developed for working with the community. The case study discusses urban planning practices centered on popular protagonism and engagement in public policies, being carried out together with the residents of the community and the Residents Association of Cidade Praia, who seek to reorganize themselves politically in times of dismantling of public policies that protected most fragile communities.*

Keywords: *popular plan; urban planning; participatory project; popular participation.*

CIDADE PRAIA: PARTICIPACIÓN SOCIAL EM UM PLAN URBANO POPULAR

Resumen: *Este artículo presenta el caso del Área de Especial Interés Social Cidade Praia, en Natal/RN, en el desarrollo preliminar de un plan urbano popular, a través de una reflexión teórica que apoyó el proceso de trabajo y la presentación de las metodologías desarrolladas para trabajar con el comunidad. El estudio de caso analiza prácticas de planificación urbana centradas en el protagonismo popular y la participación en las políticas públicas, realizadas en conjunto con los vecinos de la comunidad y la Asociación de Vecinos de Cidade Praia, que buscan reorganizarse políticamente en tiempos de desmantelamiento de las políticas públicas que protegían comunidades más frágiles.*

Palabras clave: *plan popular; planificación urbana; proyecto participativo; participación popular.*

INTRODUÇÃO

A urbanização, enquanto processo, sempre serviu aos interesses do capital: desde a consideração de um marco do meio urbano enquanto resposta ao capitalismo para a atualidade onde a precarização da forma de existir na cidade é parte de uma máquina que retroalimenta interesses da classe dominante (Harvey, 2006). No Brasil, um país marcado pela sentença de Maricato (2000) onde as ideias são fora do lugar e o lugar, por consequência, é fora das ideias é visto um quadro de processo urbanizador que opera por meio da criação de desigualdades sociais e dinâmicas que se opõe diretamente a um acesso democrático da terra.

É a partir de um contexto que esse trabalho se repousa sobre: a falha do Estado – proposital ou não, - no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à habitação que dialoguem com a população e não hajam de maneira soberana e totalitária sob ela. Em meio a um desmonte de políticas já existentes, o estudo de caso apresenta uma visão acerca da capital do Rio Grande do Norte, Natal; onde o contexto de revisão do Plano Diretor evidenciou mais uma vez a tendência liberalista da cidade, onde o planejamento da cidade priorizava os interesses privados, deixando de lado ações reivindicatórias de comunidades tradicionais.

Frente as diversas organizações sociais tomando destaque na luta contra o planejamento urbano não-hegemônico durante a revisão do Plano Diretor, a comunidade de Cidade Praia toma alguns passos para discutir sua legitimidade e reafirmação do direito à cidade – em meio de diversas propostas que se mostram um risco para sua estabilidade e segurança. A comunidade de Cidade Praia é identificada como uma favela localizada no bairro de Lagoa Azul, na Região Administrativa Norte (RANorte) de Natal/RN que se propõe a compreender sua existência enquanto parte de um dos diversos conflitos ignorados pela gestão municipal, determinados a desenvolver estratégias e ações que reforcem não apenas sua permanência no espaço, mas melhorias na condição urbana nas quais estão inseridos.

O conteúdo aqui apresentado é fundamentado a partir do desenvolvimento de um trabalho final de graduação, na qual os objetivos repousaram em pensar o planejamento urbano como uma forma de inclusão e protagonismo popular, sendo o objetivo geral o desenvolvimento de métodos participativos para elaboração de um plano popular. É importante ressaltar que durante o desenvolvimento dessa pesquisa, tornou-se evidente a necessidade de ter enquanto objeto a relação existente entre a participação social e o planejamento urbano, onde a compreensão de que a legitimidade da elaboração de um plano popular necessitava do desenvolvimento de métodos participativos que se adequassem a realidade que a comunidade de Cidade Praia necessitava.

Quanto ao campo teórico-metodológico, destacam-se conceitos de planejamento urbano brasileira, repousando sobre a visão crítica de Villaça (1975) acerca dos problemas que a centralização e tecnocracia trazem ao meio urbano, assim como Azevedo e Prates (1990) que

estabelecem teorias acerca da subestimação do Estado enquanto um agente que não pode ser visto enquanto individual quando se trata de desenvolvimento da cidade. Esses fatores se unem ao que Lúcio Kowarick (2000) apontou em seguida acerca da espoliação urbana no país, onde apesar de um desenvolvimento do núcleo urbano e um evidente progresso no que se diz respeito ao setor automobilístico, industrial e até mesmo construtivo, as áreas de trabalho, serviços públicos, equipamentos públicos e moradia se mostravam não apenas estagnados, mas com pioras exponenciais – o autor demonstra a situação espoliativa por meio do exemplo “que vão desde as longas horas despendidas nos transportes coletivos até a precariedade de vida nas favelas, cortiços ou casas autoconstruídas em terrenos geralmente clandestinos e destituídos de benfeitorias básicas” (KOWARICK, 2000, p.22). Ou seja, evidencia-se que a opressão vivenciada é inevitável e constante, não é possível vislumbrar da problemática que envolve o planejamento urbano a partir da ótica individual que apenas reconhece o planejamento espacial enquanto a solução – tópico abordado por Villaça que vai apontar que não é uma boa técnica de planejamento que magicamente soluciona todos os problemas urbanos existentes (Villaça, 1975).

Apresenta-se assim um contexto inicial acerca da comunidade de Cidade Praia e seu contexto em relação a outras Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) em Natal/RN, considerando seus conflitos e relações em busca da reivindicação de direitos.

Logo mais, também é considerado o estudo de casos em que o planejamento partiu de uma perspectiva popular, com o objetivo de trabalhar junto com os moradores que não existe apenas um caminho ou solução a ser seguida quando se trata de planejamento. Foram utilizadas como referências os exemplos de figuras como Paulo Freire e educação popular, Carlos Nelson Santos e a urbanização da favela de Brás de Pina, o caso de Raízes da Praia e outros. A sustentação por base em outros planos, permitiu que o caso de Cidade Praia se mostrasse plural no uso de diversas técnicas que permitissem o maior engajamento e elaboração de propostas que dialogassem com a população. A partir disso é mostrado o processo de leitura e desenvolvimento de ações para o Plano.

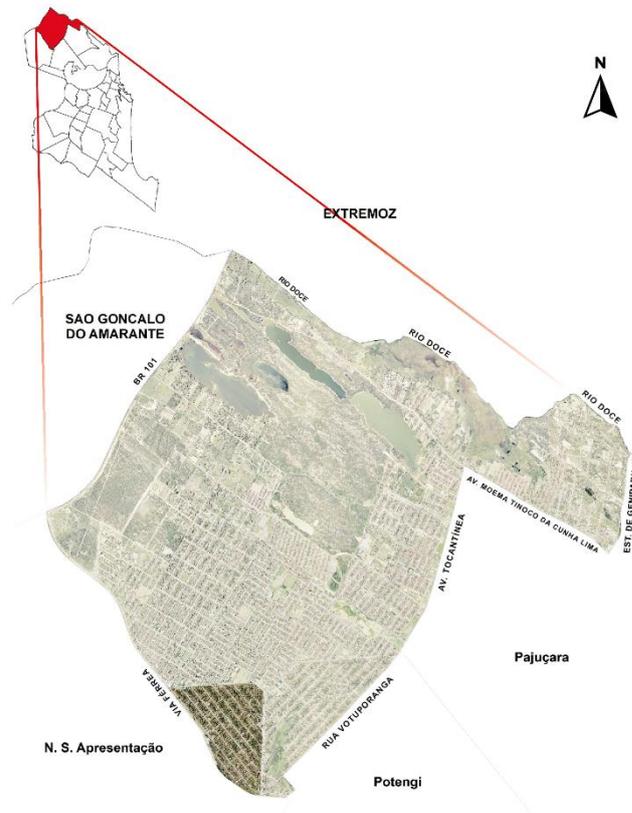
Por fim, conclui-se o trabalho com os resultados obtidos durante o desenvolvimento do Plano Popular e discute-se a importância do desenvolvimento de ações que busquem refletir a identidade da comunidade no seu desenvolvimento.

APENAS UMA AEIS LATINO-AMERICANA COM CONFLITOS URBANOS

A comunidade de Cidade Praia, localizada na Região Administrativa Norte da cidade de Natal/RN faz parte do bairro mais a norte de todo município, Lagoa Azul e corresponde a uma pequena porção em meio à maior região administrativa tanto em extensão quanto territorial. A RANorte se destaca em Natal não apenas pelo seu tamanho, mas pela maneira que é

disposta pela cidade: o Rio Potengi, que cruza a cidade, divide-a por inteiro separando a RANorte de todas as outras partes da cidade; um recorte não apenas simbólico.

Figura 1: Mapa de Natal e Cidade Praia.



Nota: Mapa retratando a cidade de Natal, com destaque esmaecido para o bairro de Lagoa Azul e com cor completa, a AEIS Cidade Praia.

Fonte: Prefeitura de Natal (2010), modificado pelo autor (2024).

Cidade Praia não é um caso que se mostra diferente de outros retratados pela cidade: carece de trabalhos técnicos realizados a seu respeito, além do campo propositivo, historiográfico e crítico serem tão carentes quanto técnicos. A cidade de Natal também mostra que mantém a linha comum de cidades brasileiras que vivenciaram um *boom* de expansão urbana devido ao êxodo rural causado pela mobilização da Ditadura Militar para ocupação do meio urbano.

A expansão urbana de Natal, principalmente da sua RANorte, foi bastante discutida por Silva (2003) vai discutir que a década de 40 no município vai se destacar pelo aumento de procura por habitação e, por consequência, um aumento no preço dos aluguéis. O autor vai não somente apontar isso, como também destacar o papel que a RANorte teve no processo de expansão urbana – considerou-se por muito tempo o potencial que ela teria devido suas “terras improdutivas” no perímetro urbano. Essa visão ligada ao lucro, entretanto, falhou em se associar ao poder público no desenvolvimento de uma “nova configuração urbana”.

Apesar de lucrativa para o setor imobiliário, que sem muitos investimentos pode vender a terra por meio de loteamentos: a situação se apresentava na venda da terra sem nenhuma

outra condição que permitisse moradia digna a aqueles que estariam ocupando essa nova parte da cidade. Em sua grande maioria, os novos loteamentos apresentavam pouca ou nenhuma conexão com a malha viária, completa falta de ligação com a rede elétrica e sanitária do resto do município.

É apenas na década de 70 que a cidade se vê agraciada pela Companhia de Habitação (COHAB), que foi responsável por diversos conjuntos habitacionais em terras mais baratas – que Silva (2003) diferencia da INOOCOP que era uma companhia focada em criar moradias em terras já valorizadas, enquanto a COHAB tinha um objetivo de desenvolver “mini-periferias”. Cidade Praia surge a partir do contexto da criação de conjuntos habitacionais: inicialmente os conjuntos de Nova Natal e Gramoré são construídos nos anos de 1983, cada um contando com mais de 1.000 unidades habitacionais, enquanto Cidade Praia tem apenas 154 unidades, contrastando com seus vizinhos diretos.

Como abordado anteriormente, Cidade Praia é uma área que assim como diversas outras na periferia de Natal, carece de informações a seu respeito propriamente catalogadas, entretanto é possível ver nas entrelinhas como o seu desenvolvimento foi acontecendo. O próprio bairro Lagoa Azul que em 1980 foi datado com seus 475 habitantes, em 1991 já havia cerca de 33.353 moradores, com um crescimento de 2.775,8% (SILVA, 2003).

Cidade Praia, entretanto, apesar de surgir inicialmente como um conjunto habitacional financiado pela CAIXA Econômica Federal, é reconhecido no Plano Diretor de Natal (1994) como uma AEIS e enquanto uma favela – é a partir dessa classificação, que permanece até o Plano Diretor de Natal (2022) que a comunidade está qualificada sob o pretexto de “AEIS 1 são constituídas por territórios ocupados por população de baixa renda, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional, destinados a regularização fundiária, urbanística e ambiental” (NATAL, 2022, p. 04). Onde Cidade Praia vai ser encontrado na seção correspondente a “categoria A”, definidas pelo Plano enquanto:

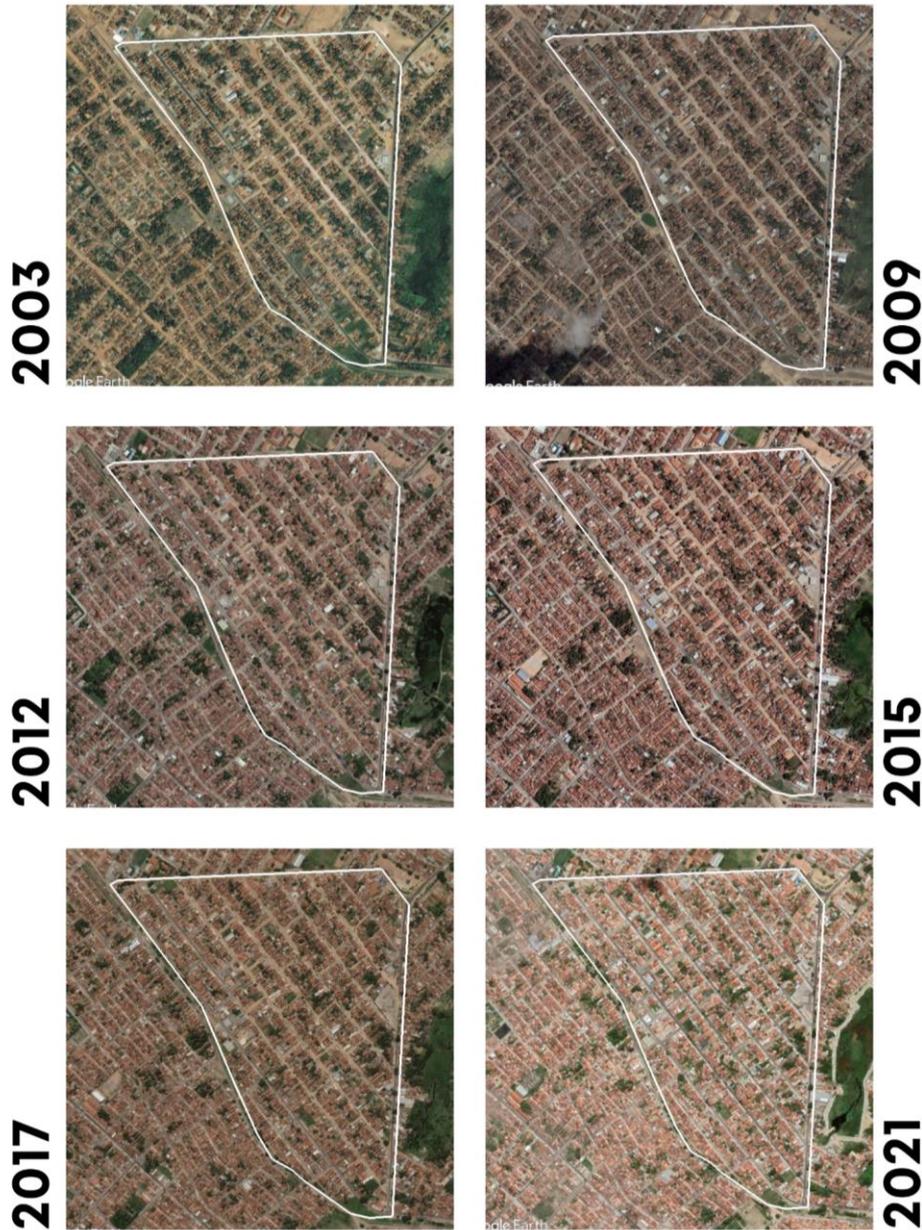
Categoria A: terrenos ocupados por favelas, e/ou vilas, loteamentos irregulares e assentamentos que, não possuindo as características das tipologias citadas, evidenciam fragilidades quanto aos níveis de habitabilidade, destinando-se à implantação de programas de urbanização e/ou regularização fundiária. (NATAL, 2022, p. 04).

Apesar de considerado enquanto favela durante a década de 90, o município não atualiza sua lista de favelas desde a revisão do Plano Diretor em 1994, apenas enquadrando AEIS sob a categoria de terrenos ocupados por tipologias habitacionais diferentes nas quais favelas fazem parte de sua extensão.

A falta de classificação atual também é o resultado de uma das fragilidades que Cidade Praia enfrenta: apesar de ser parcialmente financiado pela Caixa em quatro de seus quarteirões, o resto de sua ocupação surge a partir de loteamentos irregulares – uma forma de habitação comum na RANorte de Natal. Silva (2003) fala sobre uma “marcha de excluídos” onde aqueles que não possuíam condições financeiras necessárias para adquirirem os conjuntos

habitacionais regulamentados ou um dos loteamentos sendo oferecidos, viam como a única alternativa para adquirir uma moradia com preço acessível na região a compra de lotes irregulares.

Figura 2: Evolução da ocupação da área por décadas



Fonte: Base de satélite do Google Earth, 2003, 2009, 2012, 2015, 2017 e 2021. Produzido pelo autor, 2024.

A estruturação dos “novos conjuntos” é claramente influenciada pelo desenho urbano que seguia o entorno (Figura 2), onde é possível ver como Cidade Praia mimetiza o seu entorno, mesmo a partir da autoconstrução, o seu desenho segue os padrões estabelecidos de conjuntos habitacionais estabelecidos vizinhos. A pergunta feita por Silva (2003) em sua dissertação “onde começa a favela e termina o loteamento, ou vice-versa?” ilustra com clareza como esses espaços de pobres terem definições físicas e teóricas que se

emaranham e tornam o processo de territorialização desses espaços cada vez mais difíceis de serem legíveis.

Apesar da pergunta, no caso de Cidade Praia é possível saber onde começa a favela a partir da distinção feita em sua pavimentação, até o ano de 2021. A comunidade, ao contrário de seus vizinhos, possuía seu sistema viário composto de terra batida, sem iluminação pública ou quaisquer calçamento – apesar do desenho urbano se mostrar semelhante, as diferenças são contextualizadas a partir da vivência diferenciada que um morador de uma área “a ser urbanizada” carece.

UMA LEITURA TÉCNICA DO TERRITÓRIO

Durante o desenvolvimento do trabalho, diversos questionamentos foram levantados acerca dos potenciais de leituras possíveis: quando se conversa acerca de um urbanismo que seja não somente pautado no protagonismo popular, é necessário que não o faça coadjuvante em etapas tão importantes como a de leitura do território. A leitura técnica e a leitura popular se põem em disputa nessas instâncias, entretanto, foi considerado que uma leitura técnica prévia tanto para o desenvolvimento do plano popular, quanto para a população seriam uma instrumentalização que corrobora na construção de uma linguagem comum entre as necessidades previstas pela população, assim como a maneira que a técnica se utiliza para concretizar planos.

A AEIS Cidade Praia foi lida a partir da morfologia urbana, onde pelos métodos de Del Rio (1990) onde o autor discute sobre a compreensão do uso do solo e sua análise refletir nas dinâmicas realizadas no espaço, observa-se a AEIS com uma predominância forte residencial – sendo essa composta de vilas, residências individuais e residências multifamiliares coletivas. Cerca de 74% das habitações no bairro de Lagoa Azul são residenciais de acordo com os levantamentos da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN), enquanto quando levantados os dados para a realidade de Cidade Praia esses números se elevam para 85% das edificações correspondendo a residencial – além da caracterização quase exclusiva de 87% de um pavimento para edificações e 0,29% correspondendo a três ou mais pavimentos.

A área não possui espaços livres qualificados, contendo apenas em seus limites vazios urbanos que são ocupados por moradores de forma a prover pela comunidade. Para seus equipamentos se tem presente uma Unidade de Saúde Familiar (USF) e um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI).

Quando interpretando a infraestrutura do local, a AEIS não possui acesso a serviços de esgoto, tendo água e eletricidade regulares. O atendimento da rede de coleta de lixo pública funciona três vezes por semana, sem pontos de varrição pública ou coleta de lixo coletiva disponibilizados. A área, atualmente, é contemplada com apenas duas linhas de transporte público, estas contornam o bairro e se mostram deficientes na conexão com outras linhas e o restante da cidade.

Foi compreendido a partir da leitura do local as fragilidades mais notáveis de um ponto de vista técnico, considerando diversos riscos de habitações estarem coexistindo com a faixa de domínio ferroviária, que é utilizada como área de lazer e extensão de habitações pelos habitantes que carecem de espaços qualificados.

DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO AO PLANO POPULAR

O objetivo geral desse trabalho foi o desenvolvimento de métodos para participação popular, por isso diversas experiências (Quadro 1) com planejamento popular se tornaram objeto de estudo para o desenvolvimento de uma metodologia que pudesse se encaixar com a realidade da comunidade de Cidade Praia.

Quadro 1: Experiências de participação popular

Experiência de planejamento	Localização	Tipo	Enfoque	Contribuição
Vila Autódromo	Rio de Janeiro	Plano Popular	Ameaças de remoção promovidas pela prefeitura do Rio de Janeiro à luz da Copa do Mundo e Olimpíadas de Verão.	Oficinas de diagnóstico; utilização de mapas para oficinas propositivas
Raízes da Praia	Fortaleza	Plano de melhorias habitacionais	Necessidade de apresentar uma proposta formal de projetos de habitação a fim da busca por financiamento para construção de moradias.	Oficinas de proposição; utilização de desenhos, fotografias e diferentes métodos para proposição
ZEIS Bom Jardim	Fortaleza	Plano Popular	Pressão ao Estado que não se mostrava ativo em cumprir com o processo de regularização da ZEIS, buscando chamar atenção para a área.	Organização em eixos, leitura espacial com a comunidade por vertentes; organização em oficinas
Brás de Pina	Rio de Janeiro	Plano de urbanização	Processo de urbanização, com parceria com assessoria técnica e equipe técnica plural. Uma das primeiras experiências bem-sucedidas	Utilização de desenhos e expressão gráfica; leitura prévia por entrevistas

Fonte: Autor (2024)

Como visto no Quadro 1, é possível ver similaridades na maneira que os planos se estruturam por meio de oficinas de diagnóstico, propositivas e encontrando soluções para que as proposições e leituras não sigam uma maneira ortodoxa de ser realizado planejamento. Um dos casos mais conhecidos é o de Brás Pina, onde o corpo técnico buscou ao máximo inserir os moradores no processo de tomada, como discutido por membros da sua equipe técnica onde “era necessário possibilitar a autopromoção do morador, pela expressão da vontade de participar na construção de sua moradia, e pela busca de soluções que mais atendessem as suas necessidades” (BLANK, 1981, p. 100). Quando Gilda Blank traz o ponto da

“autopromoção do morador” na década de 80 é estabelecido um movimento que se estende e permanece fiel em todos os projetos vistos.

Compreendeu-se a partir das experiências que não seria possível desenvolver um método prévio ao contato pela comunidade com os próprios projetos, sendo necessário criar soluções que dialogassem com a fluidez às necessidades e remanejamento de ideias.

EXPERIMENTOS COM A PARTICIPAÇÃO, EXPERIÊNCIAS COM A POPULAÇÃO

O caso Cidade Praia, como já mencionado, surge a partir da preocupação de moradores em meio a revisão do Plano Diretor de Natal em 2022: a desmobilização do governo para com a população fez com que a Associação de Moradores do Cidade Praia, a única figura coletiva em atividade na área, iniciasse um processo que resultou na criação do plano popular preliminar.

Para a Associação, a área da comunidade se encontrava em um impasse com a falta de engajamento comunitário e político, assim como a falta de união para que a busca por melhorias fosse organizada coletivamente, necessitando construir propostas que refletissem na coletividade e que pudessem ser utilizadas para a reivindicação dos seus direitos.

Figura 2: Reunião com líderes comunitários



Fonte: Acervo do autor, 2022.

As reuniões para o desenvolvimento do trabalho foram todas feitas na Igreja São José do Operário, onde o espaço de pátio era cedido pela paróquia para que se pudessem ser feitas as reuniões, uma vez que a Associação de Moradores não possui um espaço físico. A partir

dos encontros iniciais foi possível traçar uma proposta de cronograma de etapas, que teve como objetivo elencar prioridades no desenvolvimento do plano e destrinchar seu funcionamento (Figura 04).

Figura 04: Ilustração para cronograma de etapas com a comunidade



Fonte: Produzido pelo autor, 2022.

A primeira etapa do trabalho intitulada "**Ouvir**" considerou entrevistas qualitativas feita com alguns habitantes utilizando uma adaptação da metodologia francesa *Palavra do Habitante*. Lefebvre (1970) discorre acerca do que ele chama de um "impasse metodológico" na busca pelos resultados – para o sociólogo, estes se apresentariam desconexos de resultados verdadeiros caso utilizado uma metodologia que respondesse à falta de proximidade do sujeito entrevistado com a entrevista. A comunicação, portanto, estaria passando por um ruído que corrompe os resultados: o sistema que corresponde ao pesquisador (sociólogo) gera resultados que dialogam apenas com a linguagem da própria sociologia, fator que cria uma distância entre o sujeito, a realidade que ele vive e as análises feitas com base em uma predisposição a dialogar apenas com uma linguagem técnica. O ponto crucial de Lefebvre é que existe uma variedade de significados embutidos nas palavras dos entrevistados que não

se encaixam em uma predefinição feita pelos autores, principalmente quando eles não têm o contato com o habitat para poder interpretar os nuances existentes no discurso.

O discurso, portanto, se mostra protagonista para a metodologia, onde se pode encontrar tudo que é significativo (Lefebvre *apud* Andrade, 2016). É assim que é defendido que o espaço contém relações sociais, com língua e sintaxe própria – resultante das práticas territoriais e sociais vistas. Assim, adaptou-se uma metodologia que buscava *ouvir* o habitante como forma inicial a partir da Palavra do Habitante; onde a imposição técnica para uma leitura e estruturação do trabalho não seria feita, mas uma interpretação do que era apresentado para poderem serem organizados **eixos estruturantes**, que guiavam o trabalho em uma direção única.

Na sua aplicação, apesar da referência inicial utilizar de grande número de amostras para sua realização, considerando a *timeline* para idealização do trabalho foram feitas 10 entrevistas com os moradores, onde a única pergunta realizada era “Como é morar aqui, no Cidade Praia?”. Foi necessário adicionar uma distorção ao método e de apenas uma pergunta indutora, visto que havia resistência em alguns dos habitantes com respostas como “aqui é bom”, resultando em questionamentos que se apresentavam repetindo o que havia sido dito com pedidos de esclarecimento (ex.: “bom como?”) – assim, os entrevistados viam-se no espaço de ocupar mais a fala e desenvolver sobre a sua compreensão do local.

A adaptação da metodologia levou em consideração o contexto do local e da sua comunidade, assim como a viabilidade de aplicação durante o tempo para análise no local, com um desenvolvimento integrado a oficinas iniciais. Com as entrevistas foi possível identificar diversos tópicos que eram trazidos pelos moradores, adicionando uma nova percepção e leitura à área, previamente não conhecida; a partir dela também foram alinhados os eixos no qual o trabalho seria feito, encaminhando as oficinas de maneira que elas buscassem atender a esses tópicos, mas também sendo abertas para que mais fosse discutido neles: habitação, mobilidade, infraestrutura e espaços livres, equipamentos públicos.

Para a segunda etapa do trabalho, intitulada “**Entender**”, foram realizadas coletas de dados relacionados ao resultante da primeira fase, além de atividades com a comunidade por meio de oficinas onde ocorriam discussões sobre a região e mapeamento do local. Para as primeiras oficinas, foram realizadas dinâmicas que buscavam compreender quais associações eram feitas pelos moradores com o local, onde uma conversa e troca de conversas ocorria com perguntas que guiavam o momento.

Quadro 2: Oficina de reconhecimento

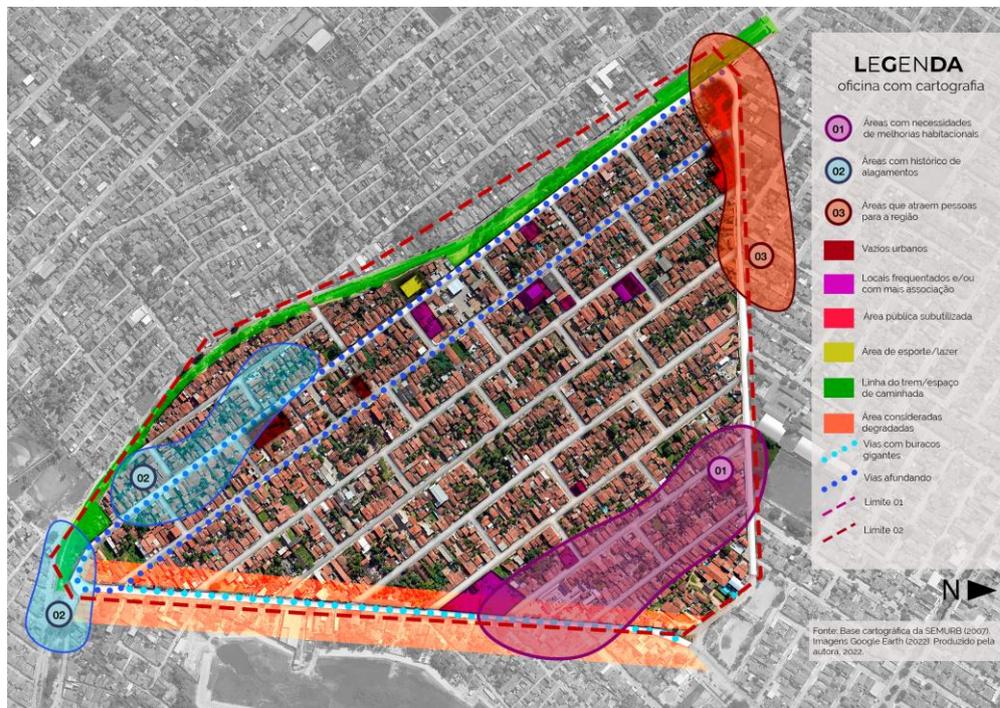
Perguntas	Resposta
O que você relaciona ao Cidade Praia, em uma palavra?	Loteamento
	Insegurança
	Esgoto
	Asfalto
	Lar
	Esquecida
	Ocupação
	Casa
	Conjunto
	Abandono
	Limpeza
	Pessoas
	Parada de ônibus
	Quadra
	Seboso
	Segurança
	Iluminação
Posto de saúde	
Bueiro	
Favela	
Quais os problemas que você associa ao Cidade Praia	Asfalto
	Buracos
	Vigilância
	Segurança
	Quadra suja
	Equipamentos abandonados
	Limpeza
	Acesso
	Trem
	Casas rachando
	Formigueiros
	Alagamento
	Assaltos
	Transporte
	Falta de manutenção em equipamentos
Espaços ocupados apenas por jovens	
Quais são as coisas que você vê como potenciais em Cidade Praia?"	Áreas de lazer
	Quadra
	Espaços para caminhar
	Área verde
	Apropriação dos moradores

Fonte: os autores.

As oficinas reafirmaram o que foi visto a partir das etapas iniciais, além de mostrar como os moradores têm uma visão muito mais clara acerca dos problemas que os cercam em relação aos potenciais vistos na região (Quadro 02). Apesar disso, nas oficinas seguintes foi possível

retomar o tema a partir da exploração de mapas (Figura 05): a comunidade enquanto uma AEIS não possui limites definidos já que não tem uma regularização, entretanto, em conjunto os moradores somaram em poder articular os pontos que haviam tratado com uma espacialização das críticas e potencialidades.

Figura 05: Mapa digitalizado de oficina cartográfica



Fonte: Base cartográfica da SEMURB (2007); Imagens Google Earth (2022) e produzido pelo autor, 2022.

A demarcação do mapa pelos moradores aconteceu por meio de identificação de locais que eram frequentados pelos mesmos na região, áreas com potencialidades e espaços que existiam onde a produção habitacional se mostrava na necessidade de melhorias. Os moradores puderam apontar também espaços onde havia históricos de alojamento na região, assim como espaços que haviam previamente sido disponibilizados pela população para lazer, mas se apresentavam enquanto degradados e subutilizados na atualidade.

No mapa foi pedido também que os moradores identificassem o que era interpretado enquanto Cidade Praia, o que a maioria interpretou um limite comum da área – destacando-se para a delimitação ser acompanhada não por saberem exatamente o que é o Cidade Praia, mas pelo onde começavam os espaços vizinhos que não se identificavam com.

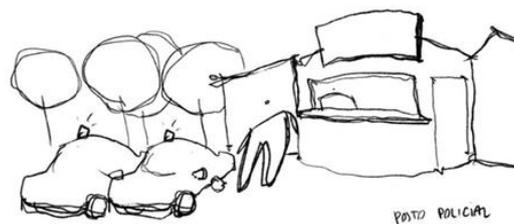
Um ponto de discussão no preenchimento do mapa correspondeu a área destacada como "degradada" e com "potencialidade", que para os moradores seria de boa utilização como a faixa de domínio da linha do trem. Apesar de ter sido apresentado para os moradores a limitação que existe acerca do espaço legalmente, os relatos sobre o uso da faixa de domínio e sua importância como uma das únicas partes de seu habitat que permitiam tanto a presença de espaço verde como também de "embelezamento" pelo poder público. Destacava-se muito seu potencial mesmo em meio a disputa existente acerca de sua ocupação segura e sua

ocupação efetiva feita pelos moradores. A dinâmica oficializou o fim da segunda etapa, obtendo resultados tanto que qualificavam as futuras propostas, mas que levavam os moradores a estarem em sintonia e consonância para o desenvolvimento criativo de soluções para área vez que a partilha de problemas e potenciais fez com que diferentes pontos de vistas que se mostravam individualizados puderam ser entendidos como dores coletivas passíveis de soluções compartilhadas.

A terceira etapa do trabalho **“Criação”** é composta por dois tipos de oficina com diferentes metodologias: uma para propostas de maneira lúdica e uma para a síntese de propostas e encaixe no plano. A primeira oficina, apesar de única, reflete ânsias comunitárias e cria uma ponte entre o que é possível ser feito pela ótica do planejamento urbano em conjunto com a população da área. Tomando partido do visto em Brás Pina, onde os moradores puderam desenhar seus próprios projetos para moradia, a busca por soluções que mostrassem aspirações de horizontalidade no projeto foram surgindo. Entretanto, os moradores em etapas anteriores se mostravam receosos para ter um contato direto com o papel e desenhos, geralmente preferindo interagir com a fala ou pedindo que o corpo técnico fizesse o preenchimento das informações no local apontado.

Nesta dissonância entre o desenho e os moradores foi explorado então outras maneiras de desenhar que não necessariamente fossem apenas o ato físico do desenho, mas a expressão da construção de que um desenho mostra. Assim, o método de James Rojas (2016) onde o arquiteto traz a possibilidade de soluções urbanas e criação a partir do visual e lúdico, criando maquetes “protótipos” na qual os participantes são dados temas para trabalharem e depois partilham seus pensamentos em conjunto, encorajando uma interação entre respostas e proposições.

Figura 06: maquete e desenho, lado a lado 01

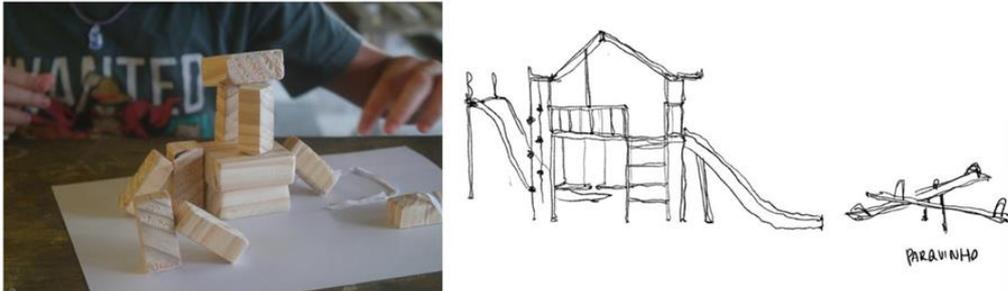


Fonte: Acervo do autor (2022).

O método de Rojas foi adaptado para que blocos de madeira completamente lisos fossem utilizados, assim como folhas de papéis caso necessário, onde os participantes pudessem criar mini maquetes nas quais suas propostas eram feitas em até dez minutos e logo em seguidas explicadas para o grupo. Como adição, também foram feitos desenhos para poder ilustrar o potencial que as maquetes possuíam (Figura 07 e 08), fazendo com que os participantes em próximas oficinas pudessem compreender que seus designs possuíam uma proximidade muito maior com um produto do que o imaginado. As perguntas que foram

utilizadas para as propostas foram feitas de acordo com os eixos, fazendo-se necessário uma proposta para cada um dos eixos vistos além de perguntas livres como “o que você deseja ver no Cidade Praia?”, deixando aberta a interpretação e multiplicidade de resultados – o que também se mostrava enquanto um indicador das necessidades da área.

Figura 07: maquete e desenho, lado a lado 2



Fonte: Acervo do autor (2022).

Os variados resultados e multiplicidade de respostas se mostrou positivo, permitindo os moradores a engajarem com propostas e contribuírem com ideias um dos outros, sendo possível apresentar ideias que estavam alinhadas com as reuniões prévias e umas das outras.

A última oficina contou com a elaboração de propostas considerando todos os materiais já feitos e sintetizados, além das leituras prévias da área. Nessa oficina foi possível que os moradores a partir dos eixos e outras análises da área pudessem organizar seus pensamentos e montar em conjunto cerca de 40 propostas gerais para área (Figura 08).

Figura 08: organização de propostas em oficina



Fonte: Acervo do autor (2022).

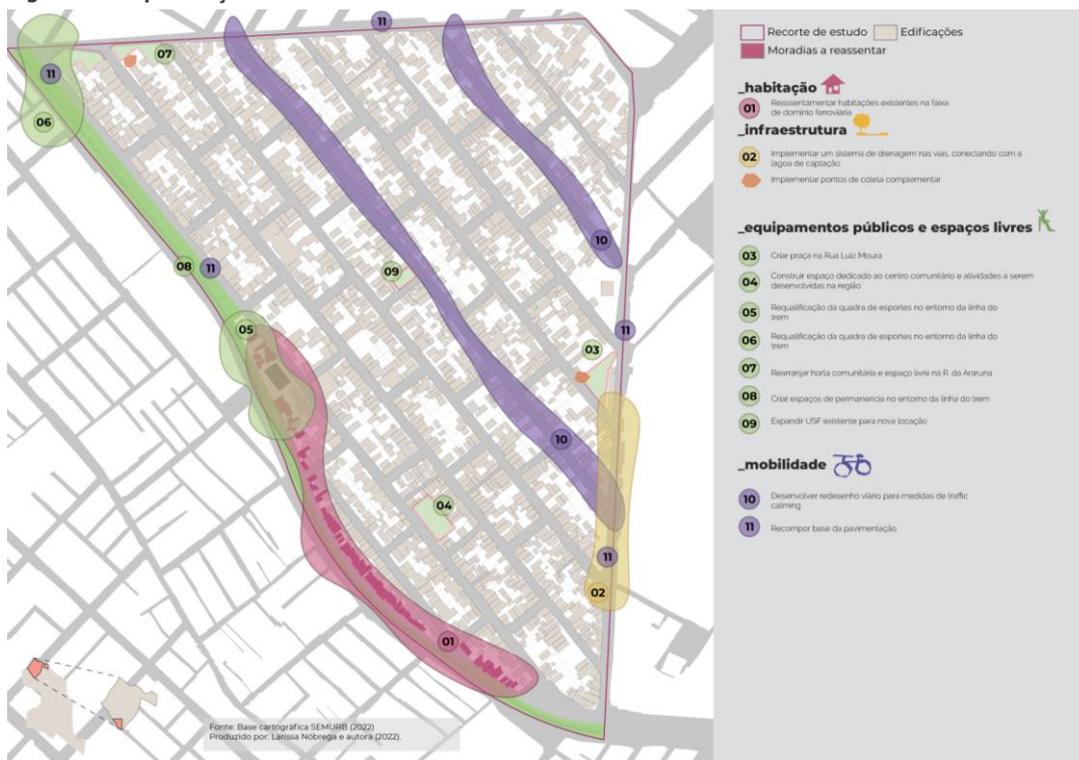
As propostas pelos moradores também se mostraram muito positivas acerca da volta de tradições culturais que haviam sido perdidas pela comunidade – onde o engajamento realizado nas reuniões teve um rebatimento claro na percepção de que existe uma

necessidade de socialização dos habitantes; assim como na sugestão de elementos que contribuíram para a criação de um ambiente urbano mais rico e estimulador da permanência no local.

Todas as propostas e oficinas realizadas se encaminharam para a etapa final do trabalho, de “**Propor**” onde foi possível sintetizar todas as propostas e desenvolver um plano que unia o que a comunidade estava elencando enquanto o necessário com sua tradução para o planejamento urbano. Para isso o Plano Popular Preliminar é criado, a partir de quatro eixos que agora também incorporam o aspecto de cultura para a área, sendo esses: eixo habitacional, infraestrutura, mobilidade e o eixo de espaços públicos e cultura. A partir disso foram designados objetivos, diretrizes e ações para o plano.

Em sua totalidade, o plano teve como resultado três projetos gráficos significativos: um mapa de ações, uma cartilha com as propostas feitas para distribuição tanto para os moradores como para articulação deles com meios institucionais e a ilustração de propostas realizadas para a área.

Figura 09: Mapa de ações



Fonte: Base cartográfica Semurb (2022).

As propostas vistas na Figura 09 refletem a construção feita anteriormente e estabelecem com clareza como as ações podem ser ordenadas e estabelecidas pela população e agentes públicos.

Figura 10: Mockup da cartilha desenvolvida



Fonte: acervo do autor (2022)

A cartilha desenvolvida contou com a apresentação de todas as propostas, além de uma pequena explicação acerca de seus porquês e como a elaboração do eixo se deu, permitindo assim que o trabalho previamente feito fosse reconhecido e estabelecesse precedentes para mais discussões que levassem em consideração o histórico existente do que os moradores haviam feito.

CONCLUSÕES

Ao fim desse trabalho pode-se perceber que soluções para intervenções urbanas, não necessariamente, necessitam ser inovadoras. Os problemas enfrentados pela comunidade na qual esse trabalho se dedicou a cocriar com, não são diferentes de diversos casos que formam o grande mosaico de déficit habitacional e abandono da gestão pública no processo de sanar as fragilidades sociais – o que torna inovador e cria um espaço para o urbanismo é entender que as soluções alcançadas quando o processo não é tomado de forma tecnocrática e sim por meio da democratização e efetivação dos direitos da população em forma de projetos.

O caso de Cidade Praia permitiu a construção de um ideal de independência da população a reivindicação de seus direitos, fazendo com que ideias antes apresentadas nas margens de diálogos se tornassem protagonistas de sua luta. Para a comunidade, simboliza a primeira vez em diversos anos em que seu espaço se torne foco de um projeto de urbanização – sendo possível ir além disso: mostra que o urbanismo tem um papel além do técnico, mas social na construção de espaços onde a comunidade sinta que seu dever é ativo no desenvolvimento do seu futuro.

REFERÊNCIAS

BLANK, Gilda. **Brás de Pina**: uma experiência de urbanização de favela. In: VALLADARES, Licia do Prado (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 93-124.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968. 7ª ed. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 17ª ed.

FREITAS, Clarissa Sampaio et al. **Comunidade Raízes da Praia:** uma experiência de práticas insurgentes na cidade de Fortaleza. *Revista de Direito da Cidade*, [S.L.], v. 13, n. 1, p. 1-21, 25 mar. 2021. Universidade de Estado do Rio de Janeiro.

<http://dx.doi.org/10.12957/rdc.2021.44166>. Disponível em:

<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/44166/37306>. Acesso em: 18 jul. 2022

HAAS, Gilda; ROJAS, James. **James Rojas:** The City as Play. *Dr. Pop, Online*, p. 1-6, 5 jul. 2010. Disponível em: <https://drpop.org/james-rojas-the-city-as-play/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

KOWARICK, Lucio. **Espoliação urbana.** São Paulo, Paz e Terra, 1979.

MARICATO, Ermínia. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias.** In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Erminia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

NATAL, Prefeitura Municipal do. **Lei Complementar Nº 07,** de 05 de agosto de 1994. Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal e dá outras providências. Natal, 1994.

NATAL, Prefeitura Municipal do. **Lei Complementar Nº 082,** de 21 de junho de 2007. Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal e dá outras providências. Natal, 2007.

NATAL, Prefeitura Municipal do. **Lei Orgânica do Município do Natal,** de 03 de março de 1990. Natal, 1990

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares:** A Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Como projetar de baixo para cima:** uma experiência em favela. *Revista de Administração Municipal*, n. 156, ano 26, Rio de Janeiro, IBAM., 1980.

SECCHI, Bernardo. **A cidade dos ricos e a cidade dos pobres.** Belo Horizonte, Veneza: Âyiné, 2019.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. **Depois das fronteiras: a formação dos espaços de pobreza na periferia norte de Natal-RN.** 2006. 212 f. Dissertação 194 (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) A Cidade Democrática - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SOARES, Bernardo. **A Cidade Democrática**: Reflexões sobre a Incorporação da Participação Social a Partir da Experiência do Programa Morar Carioca na Barreira do Vasco, RJ. 2016. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VILLAÇA, F. J. M.. **A crise do planejamento urbano**. Revista Perspectiva – ano. 2, São Paulo, SP., V.9, 1975.